

# A VELHA GUARDA

Órgão local do Partido Republicano Português

Propriedade da Empresa de A Velha Guarda

Redactor principal:

JOAQUIM DE ALMEIDAGUIMARAES

Editor:

AGOSTINHO F. ROCHA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:—RUA ELIAS GARCIA, 46 — Composta e impresso na Tip. de A VELHA GUARDA—Rua Elias Garcia, 45 — GUIMARÃES

## ELEIÇÕES

Vão repetir-se no próximo domingo as eleições para os corpos administrativos de Guimarães.

Hoje, como no dia em que uma protecção quasi escandalosa atropelou a lei pela qual se veem fazendo as eleições, persiste a mesma atmosfera de franco apoio das autoridades a um grupo dissidente do Partido Republicano Português. Hoje como então, dimana das entidades a quem compete o zelo e o respeito pelas organizações republicanas o amistoso favoritismo para elementos que se encontram abertamente coligados com os mais encarniçados inimigos da República. Hoje como então, subsistem os mesmos compromissos; permanece a mesma situação: á frente das freguesias, regedores, na sua maior parte célebres pelo seu espirito anti-republicano; a administração do concelho um feudo da dissidência; o governo civil a sua corôa de glória; a mesma campanha, a vergonhosa campanha da mentira e da intriga; a mesma guerra, a atroz perseguição a republicanos que á causa da República tudo tem sacrificado.

E para remate deste estado de coisas temos agora as juntas de paróquia entregues, na sua maioria, a elementos anti-republicanos.

E' pois a mesma situação triste e deprimente que ninguém poderia prever que se estabelecesse quando em toda a parte se procura elevar e engrandecer a República, facto que só pôde realizar-se com verdadeira fé republicana, com desinteressado espirito republicano.

E é nestas circunstâncias que vão realizar-se as eleições dos corpos administrativos.

Guimarães tem de um lado as comissões políticas do Partido Republicano Português, que se mantêm no seu posto de disciplina e espirito republicano; de outro lado um grupo dissidente inteira e absolutamente ligado com monárquicos; caciques reaccionários; padres e todos os indivíduos inteiramente desafectos á República, e que espregam sempre a ocasião de arditosamente a poderem anavalbar.

São estes dois grupos que vão disputar as eleições.

A qual deles caberá a vitória? Não o sabemos.

O grupo dissidente acorrentado por essa caudalosa influencia de padres e monárquicos conta como certo o triunfo e há até quem se deixe convencer de que as comissões políticas do Partido Republicano Português não vão á urna, para evitarem a derrota.

Puro engano.

As comissões tem o sagrado de-

ver de defender a República em todas as situações, por mais difíceis que elas sejam e nunca faltarão a esse dever.

E esse dever é tanto mais grato, quanto é certo que a seu lado ellas tem todos os elementos verdadeiramente republicanos. E de resto a luta torna-se interessante, porque se dá entre republicanos de verdadeira fé que não abandonam o seu posto e um grupo que ainda se diz republicano, mas que no fundo nada mais é do que o véo tenue que encobre os monárquicos, o degrau pelo qual elles trepam hábilmente á posse do domínio do concelho.

E as comissões políticas não declinarão nunca a obrigação que lhes assiste de mostrar á cidade de Guimarães e ao País inteiro que ainda há republicanos neste concelho e que esses republicanos se unem para a defesa da sua causa. E' preciso que caia de vez essa fama que se tem espalhado de que os dissidentes tem os votos; é preciso que todos saibam que os campos se distinguem e que a votação com que a dissidência se pavoneia é unicamente a corrente monárquica que os absorve por completo e á qual elles terão de submeter-se; é preciso que se torne claro que os republicanos só votam em republicanos.

E é para isso que as comissões políticas vão á urna, apresentando ao eleitorado de Guimarães uma lista de indivíduos de cuja dedicação á sua terra ninguém pode duvidar; elementos de inquebrantável fé republicana, de acendrado amor á República.

Todos elles são bem conhecidos e os eleitores ao votar nos seus nomes levam a convicção de que votam pela República, pelo progresso de Guimarães, pelo carinhoso zelo dos interesses municipais e que nenhum dos indivíduos leva após si lácticos ou abertos compromissos com os inimigos da Regimen.

O triunfo da lista das comissões políticas é a vitória na luta contra os monárquicos, que para máscara levam a bandeira da dissidência.

Que o eleitorado de Guimarães pondere bem a escolha, pois na mão dele fica a responsabilidade do destino de Guimarães — que ou se atrofia e morre á mão dos monárquicos ou vive e progride pelo esforço dos verdadeiros republicanos.

## Jogo em Vizela

Num dos nossos últimos números perguntavamos porque é que os dissidentes não veem a público com as contas do dinheiro recebido das casas de batota que estão funcio-

## Câmara Municipal de Guimarães

### Efectivos

Adriano Machado Dias de Carvalho—Proprietário  
Agostinho Fernandes Rocha—Comerciante  
Alberto Teixeira Carneiro—Industrial  
Alfredo da Costa Fernandes—Médico  
Alvaro Dias Pereira da Costa e Almeida—Estudante  
Alvaro Ribeiro de Freitas Guimarães—Negociante  
António Alves Martins Pereira—Negociante  
António Barbosa de Abreu Guimarães—Proprietário  
António Francisco Ferreira de Castro—Industrial  
António José Lopes Correia—Proprietário e Industrial  
António José Pereira de Lima—Proprietário  
António José Ribeiro—Proprietário  
António Augusto de Souza Guise—Comerciante  
Augusto Luciano Guimarães—Estudante  
Eduardo Vieira da Cruz Pinto de Almeida—Proprietário  
Francisco Pereira S Ivério—Farmaceutico  
João José Marques de Freitas—Proprietário  
Manuel Bernardino Araujo Abreu—Oficial do registo civil

### Substitutos

Adriano Tropa de Oliveira Ramos—Empg.º do C, de Ferro  
Alberto Ribeiro Martins—Industrial  
Albino Pereira Cardoso—Negociante  
António Manuel Lourenço—Padeiro  
Artur de Sousa Mascarenhas—Tenente de infantaria  
Avelino da Silva Guimarães—Padeiro  
Clemente Pinto Teixeira da Costa—Proprietário  
Domingos José Pires—Industrial  
Florêncio Leite Lage—Proprietário  
Francisco Fernandes de Faria—Proprietário  
Francisco Gonçalves Guimarães—Proprietário  
João Campos da Silva Pereira—Proprietário  
João Vasco Cardoso Guimarães—Proprietário  
Joaquim de Sousa Vinagreiro—Negociante  
José António de Faria—Proprietário  
Lourenço da Silva Braga—Negociante  
Manuel Joaquim Fernandes—Proprietário  
Torcato Coelho da Fonseca Magalhães—Proprietário

## JUNTA GERAL DO DISTRITO DE BRAGA

### Efectivos

António de Jesus Teixeira—Proprietário  
Artur Baptista Sampaio—Proprietário  
Bernardino Jordão—Negociante  
Zeferino José Ribeiro Cardoso—Proprietário

### Substitutos

Abel de Vasconcelos Cardozo—Professor de Desenho  
António Pereira da Silva—Negociante  
Fernando António de Almeida—Negociante  
João Faria e Souza Abreu—Tesoureiro Municipal

nando em Vizela. A nossa pergunta é natural e legítima desde que, sabendo-se que, efectivamente, as casas de batota entregaram, á ordem das autoridades dissidentes, uma avultada quantia, corre o boato insistente de que esse dinheiro tem sido aplicado em despesas particulares da dissidência, como seja, eleições, fretes de automoveis, jantares etc.

A dissidência, em lugar de nos responder, como era elementar dever de quem tivesse em alguma conta a sua própria dignidade, agradecendo-nos o ensejo que lhe davamos de desfazer a calúnia, se porventura existisse, manda insultar-nos no jornalco imundo que é seu órgão, em gestos de rameira e grosserias de rufião.

Perante as infamias que garotos nos bolsam só desprezo e nojo nos compete manter. E', portanto, com repugnância que, a instâncias da

pessoa visada, vimos altiva, e bem publicamente, intimar todo aquele que possua algum crédito, que justifique a giria de tiro civil empregada pelo jornalco, a que se apresenta imediatamente, para liquidação desse crédito, ficando, desde já, autorizado o mesmo jornalco a publicar os seus nomes; e, relativamente a qualquer quantia outrora recebida para despesas políticas, de que, mentirosamente, se diz não terem sido prestadas contas, declaramos que essas contas ainda existem, nunca se negaram nem negarão a qualquer interessado, e que oxalá esses inventados correligionários, que se queixavam em surdina, quizessem entrar com a sua cota no saldo a favor do caluniado, e que é de bastantes centenas de escudos.

Por esta forma, clara e terminante, respondemos á vil e repugnante infâmia, mais uma da série com que, exclusivamente, a dissi-

dência nos tem combatido, e continuamos perguntando: onde está, que destino teve o dinheiro que as autoridades dissidentes exigiram das casas de jogo de Vizela?

## Revoltante

Informam-nos de que na Tesouraria de Finanças, deste concelho, quando os professores vão receber o seu ordenado, lhes é descontada, quer queiram quer não, a importância da assinatura do órgão da dissidência, que a todos os professores foi enviado e que muitos não devolveram por simples condescendência.

Sabemos que o chefe daquela repartição tem como profissão mesquinha e desprezível a de professor primário, mestre escola como costuma dizer com ares superiores; isso, porém, não é bastante para justificar que numa repartição do Estado se façam, ilegalmente, descontos de natureza particular, não se podendo tolerar tal abuso.

## Justiça Social

Grande parte dos que se empenham por ver a sociedade capitalista subvertida agem em nome da Justiça Social. Outros porém—os sindicalistas á frente—mais positivos, mais modernistas, mais senhores duma cultura informada pela moral da Alemanha dos últimos tempos, da Alemanha prussianizada, erguem como lema da sua revolta o interesse.

Há uma objecção a fazer desde já a este principio: é que, se o interesse é o critério único ou supremo por que se devem regular as relações sociais, a burguezia também tem os seus interesses, e portanto está no direito de proceder apenas segundo elles.

Uma vez que as noções de direito e justiça são postas de parte, não há interesses uns mais respeitáveis que os outros, e só á força cabe decidir a quais pertence o triunfo desapiadado. O governo exercera-se em proveito exclusivo dos que o sustentam. Desta concepção, que, pelo menos em tese, é uma espada de dois gumes, deriva, talvez principalmente, a monstruosidade conhecida por bolcheviquismo, que se foi um flagello para as classes superiores da Rússia, do mesmo passo o é para as inferiores, entre outras causas, porque, onde é proclamado como determinante máxima do proceder social o interesse grosseiramente entendido, a sociedade reduz-se a uma espécie de pandemónio, em que todos querem ser exploradores, em que o dever é proscrito, em que somente a fera besta humana campeia.

Mas não é isto simplesmente que há a opôr ao fulminante argumento do interesse. O que se pode dizer contra a Justiça Social, aplicada temporaneamente, é inteiramente adaptável ao desejo de efectivar já integralmente o interesse. Antes de prosseguir parece-me bom acentuar que, se o crasso materialismo da ideia do desnudo interesse é de conse-

quências em extremo de astrosas para as sociedades inteiras, a Justiça mais não é que o interesse bem ordenado, que a figuração social deste, e que o direito não é outra coisa que a concretização da Justiça — dum lado está pois o falso interesse por se querer torná-lo unicamente individual, quando ele é de ordem eminentemente social; do outro está o verdadeiro interesse por cada se livrar ao seu caracter próprio. O racionalismo sensualista, que pretende descobrir a realidade pela simples observação, por meio exclusivamente do bom senso, quantas vezes perturba do pela paixão, deva de ter feito o seu tempo. Nenhuma ciência se constituiu ou avançou sem que se usassem dos métodos convenientes; jamais a política social, que é a mais elevada das sciencias, se dará passos firmes, enquanto o guia neste campo for o raciocínio isolado, rectilíneo, sem a orientação adequada.

Se se atendesse a isto, ver-se-ia mais facilmente que a Justiça Social, como succede mais ou menos a toda a classe de conhecimentos, respeitantes á vida colectiva, tem duas categorias: a de absoluta ou ideal, que representa o máximo de realisações, e a de relativa, que é compatível, com determinado meio, ou seja a de efectivação immediata. O direito não é um produto da razão, é uma consequência das condições sociais, que deve respeitar, a que se deve perfeitamente adaptar — o contrario é tirania.

Querer aplicar a Justiça absoluta ou mesmo outro grau de justiça a uma sociedade, que não está preparada para isso, é perfilar a injustiça. E se é certo pois, que a Justiça Social não autoriza a respectiva revogação para breve, igualmente é exacto de que não lhe cabe o nome de Justiça, enquanto só reconhecer direitos aos trabalhadores. A verdadeira Justiça, pelo menos na sua categoria da relativa, tem de os reconhecer tanto a estes como — para usar duma expressão de Stuart Mill — a dos detentores da propriedade, visto que ela, ao contrario do que afirmou Proudhon, não é um roubo. E o resultado dum irremediavel determinismo social, e ao mesmo tempo a causa que tornou possível a nossa civilização de hoje, o factor mais decisivo de progresso.

O Capital, por conseguinte, merece acatamento e tem de o merecer, ao menos até o dia em que as classes operarias, pelo seu saber, moralidade etc., não estejam aptas a realizar o programa máximo do socialismo, duma forma regular. Instruam-se, elevem-se moralmente ás maiores alturas, ponham o seu objectivo na evolução e não na revolução — que esta é de tal maneira anti natural, prematuramente leva-la a efeito, que os seus palatinos são os primeiros a deturpá-la.

Uma revolução apenas é justa, e consequentemente benéfica, quando vem no seu momento próprio, e não exorbita.

S. de M.

### As nossas colónias E A economia nacional

Versando o tema, que nos serve de epigrafe, realizou uma conferência, na quinta feira pretérita, no edificio da Sociedade Martins Sarmiento, o sr. dr. Alvaro de Castro.

Este importante homem público, que desempenhou, com grande intelligência, o alto cargo de governador da nossa provincia de Moçambique, propôs se iniciar uma intensa propaganda, no sentido de encaminhar a nossa atenção para o rico patrimonio colonial, que ainda possuímos.

A hora marcada para a conferência, era o sr. dr. Alvaro de Castro aguardado por uma assistência

numerosa, composta, na sua maior parte, por comerciantes e industriais da cidade e concelho e por muitos dos seus amigos pessoais e politicos.

Fez a apresentação do illustre conferente o sr. dr. Joaquim José de Meira, na qualidade de presidente da Direcção da Sociedade Martins Sarmiento.

Recebido com uma prolongada salva de palmas, o sr. dr. Alvaro de Castro manifesta o seu regosijo por vir dar começo á série de conferencias de propaganda colonial no berço da nacionalidade portuguesa; porquanto, sendo daqui que os nossos gloriosos antepassados começaram a dar os primeiros passos para a conquista da nossa liberdade e independencia, também elle tinha a bela oportunidade de, na mesma terra, dar inicio ao seu plano de actividade, em prol duma causa de grande valor, como seja a nossa regeneração económica pelo aproveitamento das riquezas existentes nas nossas colónias africanas.

S. Ex.<sup>a</sup>, ouvido com o máximo interesse, pela assembleia, demonstra bem claramente os profundos conhecimentos que possui sobre assuntos coloniais.

A França, a Inglaterra e todos os países coloniais, diz S. Ex.<sup>a</sup>, pensam em melhorar a sua situação económica, valendo-se das suas colónias. A própria Alemanha, cujo empório colonial fica reduzidissimo, preocupa-se em saber o que lhe restará. E nós, se não queremos caminhar para um abismo, precisamos também de pensar a sério nas nossas colónias. Portugal foi grande, quando os nossos navegadores devassaram os mares e descobriram novas terras e só voltará a ser grande, quando souber aproveitar as riquezas que essas terras encerram e que até há poucos anos ainda jaziam quasi que no esquecimento.

E' preciso estabelecer o intercâmbio comercial entre o Ultramar e Metropole. O assucar, género de consumo geral, e que a nossa provincia de Moçambique exporta em grande quantidade, é quasi todo adquirido pela Inglaterra e a Metropole vai, depois comprá-lo a esta com o excesso de despesas de transporte e direitos alfandegarios. No que diz respeito á industria algodoeira, a Metropole importa da referida provincia mil contos de rama, não conseguindo colocar ali cem contos em tecidos. Esta dificuldade resulta de os industriaes metropolitanos não conhecerem bem os produtos indigenas. A Alemanha fazia grande comércio com as nossas colónias, porque enviava ali caixeiros viajantes, que colhiam amostras desses productos, indo depois fabricá-los em condições de satisfazer as exigências do povo indigena. E' necessário que os nossos industriaes e comerciantes façam o mesmo.

Quanto á colonisação das nossas provincias ultramarinas, urge que se encaminhe para ellas a enorme emigração que se está dando na metropole.

A provincia de Moçambique que tem treze vezes a superficie de Portugal continental, tem um número de colonos insignificante.

O aproveitamento das imensas riquezas que possuímos além-mar, o intercâmbio comercial entre as colónias e a metropole, a recondução da emigração desta para aquellas, meios de transporte, para que os productos não permaneçam nos portos africanos, é uma obra que, realizada, muito deve contribuir para o nosso futuro economico. E a realização desta obra é já o meu fim, diz S. Ex.<sup>a</sup>, é já a minha fé. Seria para elle uma satisfação imensa se porventura conseguisse convencer um unico dos seus ouvintes sobre a transcendência da missão a que se propôs. Basta que tenha a seu lado vinte homens que pensem como elle e a obra a realizar será um facto.

A Redacção de «A Velha Guarda» saúda o grande homem publico e colonizador, de quem a Patria tem muito a esperar.

### Remodelação das Escolas Centrais

Pelo ultimo regulamento do ensino primário e normal as antigas escolas centrais, masculina e feminina, foram convertidas numa só escola, com a adopção do regime da coeducação dos sexos e dirigida por um professor, nomeado pelo ministro da instrução.

Pelo antigo regulamento podiam ser matriculadas crianças em qualquer época do ano lectivo e pelo regulamento actual há apenas duas épocas de matricula. A 1.<sup>a</sup> é de 1 a 10 de Outubro, para as crianças que estejam na idade escolar ou que a atingirem até 31 de Dezembro. A 2.<sup>a</sup> é de 1 a 10 de Março, para as crianças que atingirem a idade escolar além daquele prazo.

Como o publico estava no habito de matricular as crianças em qualquer altura do ano, e como o prazo que o novo regulamento determina já caducou, o director desta escola informa-nos que tolera o registo da matricula até ao dia 25 do corrente, devendo, pois, os pais, tutores ou encarregados da educação matricular as crianças em idade escolar, que estejam a seu cargo, durante aquele prazo, findo o qual ficarão sujeitos ás penalidades da lei.

### Museu de productos coloniais

Constituído, que o nosso concitadano sr. Ismael Alves Pinto pretende levar a efeito a organização, no edificio da Sociedade Martins Sarmiento, dum museu de productos coloniais. E' digna de louvor esta iniciativa, por quanto poderemos assim fazer ideia mais justa do que sejam as produções das nossas colónias. E as crianças das escolas, de cuja produção tantas vezes se lhes fala, poderão concretizar também aquilo que abstractamente se lhes ensina.

### Falta de civismo

Parece-nos que existe uma circular do ministério da instrução ainda em vigor, que determina que nas escolas primarias se arvore a bandeira nacional aos domingos e dias feriados.

Pois sabemos que a referida circular não tem sido cumprida.

Ali, por exemplo, na escola de Creixomil não foi vista a bandeira içada no dia 5 de Outubro e alguém nos informou que a professora a inutilizou durante o remado do Porto.

Os da Federação das Associações Operarias também quizeram fazer a sua graça, no dia 5 de Outubro, pondo as suas bandeiras a meia haste.

Nestes, não é só falta de civismo, é também ignorancia crassa. Pois não sabem os meninos que algumas azinhas que vão crendo á Republica o devem?

### O 5 de Outubro

Não passou despercebida a data gloriosa da implantação da República, em terras de Guimarães. E tanto assim, que, logo ao romper do dia, os acordes da Portuguesa nos despertaram e foguetes atroaram os ares, comemorando o seu nono aniversário. A' noite, os edificios publicos iluminaram e a Guarda Republicana, que foi quem primeiro tomou a iniciativa da comemoração deste dia solene, também embandeirou e iluminou profusamente a fachada do seu quartel.

### Declaração

**Eu abaixo assinado, Francisco José Ribeiro, declaro que os documentos que o sr. Luís M. Filipe Telxela apresentou para reconhecimento, no dia 13 de Setembro findo, ao sr. Augusto Joaquim da Silva, ajudante de notário, e que agora tenho em meu poder, eram os mesmos que eu lhe tinha assinado e entregado.**  
Guimarães, 9 de Outubro de 1919.

Francisco José Ribeiro.

(Segue o reconhecimento).

### Chefe de Policia

A fim de tratar da saúde, obteve 15 dias de licença o nosso e correligionário, sr. Francisco Gonçalves da Cunha, digno chefe de policia, desta cidade.

Assumiu o exercício das suas funções o sr. José de Sousa Roriz, amanuense já administração do concelho.

### Caldas das Taipas

Esta fidente povoação esteve em festa no dia 5 de Outubro. Dois motivos impunham esta festa — o aniversário da República e a inauguração da luz electrica, melhoramento que há muito era esperado com viva ansiedade. E se os motivos se impunham, necessário se torna também confessar que as Taipas souberam bem acolhê-lo, associando-se com todo o entusiasmo ás manifestações de regosijo.

De manhã apparece a povoação toda embandeirada, vendo-se muitos edificios particulares cobertos de bandeiras; uma salva de morteiros annunciou a alvorada do glorioso dia cinco de Outubro e bandas de musica percorreram a povoação.

Pelas 16 horas, por entre uma multidão compacta e ao som do Hino Nacional, interrompido de vez em quando pelo troar dos morteiros, teve lugar um hódio aos pobres, que em numero superior a trezentos acorreram a soborearem a succulenta refeição que lhes era servida por gentilissimas senhoras da nossa primeira sociedade que amavelmente se prontificaram a colaborar neste acto de beneficencia.

Dava gaudio ver como esse grupo enorme de crianças e de velhos recebiam com áncia e devoravam com afan tudo o que as senhoras lhes iam servindo, tendo sempre para ellas palavras e olhares de agradecimento. Foi se aproximando a noite e á avenida da Republica foram affluindo as pessoas que dentro em pouco a tinham esbaldada de gente.

Foi devoras empolgante a manifestação de entusiasmo com qua

aquele missa compacta acolheu a llagação da luz que como um relampago iluminou todas aquellas cabeças que em uma grande ansiedade olhavam as lâmpadas suspensas dos postes.

Três bandas de musica entoavam o hino nacional; girandolas de foguetes subiam ao ar em todas as direcções e a multidão em delirantes brados saudava o novo melhoramento das Taipas.

Da Avenida da Republica seguiu toda essa onda de povo com as bandas á sua frente entoando a «Portuguesa» pela rua Trajano Augusto até ao novo estabelecimento termal, onde foi feita ao sr. dr. Alfredo Fernandes uma carinhosa manifestação de sympathia.

Usaram da palavra os srs. José Ribeiro de Castro e Lino do Nascimento e aprego para o sr. dr. Fernandes, o qual num sentido e breve discurso agradeceu a todos, terminando por levantar um viva ás Taipas e á Republica.

Dali, sempre com o mesmo entusiasmo, regressou a manifestação pela avenida das Termas á da Republica, onde até altas horas da noite continuou o regosijo, fazendo-se ouvir as três bandas com as melhores peças dos seus repertorios e quemando se muito fogo.

Algumas casas particulares apresentaram se luminarias, destacando-se a do sr. Custodio de Araujo Lemos, na Avenida da Republica, que ostentava na sua fachada um largo quadro lindamente iluminado a luz electrica, com os dizeres: «Viva o intemerato defensor das Taipas — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Alfredo Fernandes».

Na sua residencia, solemisando a inauguração da luz electrica, ofereceram o sr. Lemos ás pessoas da sua intimidade um delicioso copo de agua, sendo S. Ex.<sup>a</sup> e sua Ex.<sup>ma</sup> Esposa de uma calvante gentileza para todos. Pela noite dentro se prolongaram as manifestações com vivas ao sr. dr. Alfredo Fernandes, ao sr. Bernardino Jordão, concessionario da luz e que foi incansavel para que ella se inaugurasse; á Câmara, á Republica, etc.

A comissão das festas, formada pelos Ex.<sup>mos</sup> Srs. José Ribeiro de Castro, Custodio de Araujo Lemos, Antonio Manuel Lourenço, Adelino Manso e João Ferreira Fernandes, é digna de todos os elogios pelo zelo e carinho com que organizou tudo.

### EDITAL

2.ª Publicação

A Comissão Executiva da Câmara Municipal do concelho de Guimarães:

Faz saber, para conhecimento dos interessados, que por espaço de 30 dias, a contar da data do presente edital, desde as 14.00 horas de todos os dias úteis, se acha aberto o cofre municipal para a cobrança dos fóros yncidos no dia 29 de Setembro do corrente ano.

São prevenidos os interessados de que os conhecimentos dos referidos fóros, que não forem pagos durante o indicado prazo serão relaxados, a fim de se cobrar a sua importância por meio de execução judicial, em conformidade da lei, tendo por isso os interessados de pagar as custas a que derem causa.

E para constar se publica o presente Edital, de igual teor e não selado, nos lugares de Guimarães, a 1.ª de Outubro de 1919. E eu, José Maria Gomes Alves, Chefe da Secretaria da Câmara, o subscrevi.

O Presidente,

Mariano Felgueiras.